

*Ata da 126ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa  
do Estado da Bahia,  
em 15 de dezembro de 2015.*

**Presidência do Senhor** Deputado Marcelo Nilo. À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó (59). O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão. PEQUENO EXPEDIENTE – Expediente despachado pela presidência: ofício do Deputado Antônio Henrique Júnior justificando ausências em sessões plenárias; e do Presidente do TCE registrando Moção de Pesar de iniciativa do Conselheiro Marcos Presídio, transformada em Moção de Pesar Coletiva, em virtude do falecimento do Ex-Governador Antônio Lomanto Júnior. Oradores inscritos – O Deputado Adolfo Viana alertou da possibilidade de criação de perigoso precedente de violação do Regimento Interno deste Poder, lembrando que a prerrogativa para convocar Sessão Extraordinária Mista é exclusiva do Presidente e que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça não tem autoridade para convocar. O Deputado Targino Machado ponderou sobre a real função da Assembleia Legislativa, cobrando lisura em todas as ações. Comentou a punição do funcionário Evandro de Carvalho Filho, considerando a sanção abusiva e ilegal. Lamentou a agressão de prepostos da Polícia Militar, a serviço deste Poder, contra populares na galeria. O Deputado Adolfo Menezes comentou os motivos da baixa conceituação dos políticos na Bahia, alegando que as atitudes de muitos parlamentares é mero “teatro”. Elogiou o Deputado Marcelo Nilo por ter sido eleito cinco vezes presidente deste Casa. Fez comparações entre as finanças e pagamento de salários na Bahia e em outros Estados brasileiros. Por fim, solicitou respeito da população para com os deputados. GRANDE EXPEDIENTE - Horário do PP/PSB/PSL – A Deputada Luiza Maia leu denúncia do Ministério Público de Camaçari, acatada pela 2ª Vara Criminal. A Deputada Fabíola Mansur falou sobre as ações da Comissão Especial que visitou o Tribunal de Contas de Minas Gerais, constatando que não há Cortes de Contas Municipais, cabendo ao Tribunal

Estadual a análise das contas do Estado e dos Municípios. Citou os avanços tecnológicos e das relações com o público de interesse dos serviços prestados pelo Tribunal, ressaltando os convênios firmados entre diversos órgãos da sociedade mineira. Finalizou cobrando capacitação para o Tribunal de Contas da Bahia. Horário do PSDB/PRB/PSC – O Deputado Targino Machado comentou a finalidade legal deste Poder Legislativo, afirmando que pertence ao povo baiano. Teceu comentários sobre a relação entre os Deputados e o povo. Esclareceu o papel dos representantes eleitos, os limites e prerrogativas no exercício do mandato. Lamentou que a Mesa Diretora deste Poder tenha recepcionado o povo com “açoite” ao invés do pronto acolhimento e compreensão. Repudiou as agressões, sobretudo às mulheres, perpetradas pela Polícia Militar, sob o comando do Chefe da Casa Militar deste Poder, dizendo ter sido testemunha ocular destes fatos. Finalizou evocando o reconhecimento da lisura e respeito com que rege a própria vida e o mandato. Horário do PMDB – O Deputado Herzem Gusmão, falando do índice de transparência na gestão governamental, disse que a Bahia impõe limites ao acesso às informações. Alertou de que, embora o Estado tenha sido elogiado pela Controladoria Geral da União na área da informação, a Bahia recebeu nota cinco do Ministério Público Federal no ranking da transparência, ficando na “desonrosa” 24ª posição. Abordou assuntos ligados ao aeroporto de Vitória da Conquista, informando que o Governo do Estado rompeu o contrato com a estatal Infraero, firmando um novo acordo comercial com a Reyco, empresa que passará a administrar o aeroporto. Finalizou afirmando que o Governo baiano destrata até mesmo os aliados. O Deputado Adolfo Viana criticou o modelo adotado pelo Poder Executivo nas votações de interesse próprio. Alertou de que muitos parlamentares votam sem o necessário conhecimento das matérias apresentadas. Informou que a Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo Governo do Estado retira direitos dos funcionários públicos. Horário do DEM/PV – O Deputado Alan Sanches lamentou a ausência de grande parte dos funcionários públicos para acompanharem a votação da PEC, que impacta diretamente na vida deles. Fez um comparativo entre alguns benefícios da iniciativa privada e do funcionalismo público. Comentou a “frustração” dos servidores do Estado em relação ao Governador Rui Costa, afirmando que a mobilização é imprescindível para as conquistas da classe. O Deputado Carlos Geilson criticou o modelo de gestão do Governo do Estado, que insiste em responsabilizar os funcionários públicos pelas mazelas financeiras da Bahia. Enalteceu a postura política da Bancada de Oposição, que se mantém fiel aos princípios das boas práticas na vida pública. Por fim, falou sobre os atrasos na manutenção das estradas baianas, com severos riscos aos motoristas e pedestres destas vias. Submetida ao Plenário, foi aprovada a prorrogação da Sessão por 60 minutos. ORDEM DO DIA – Submetidos ao Plenário foram aprovados os Requerimentos solicitando urgência para a tramitação das seguintes matérias de procedência do Poder Executivo: Projeto de Lei Complementar nº 123/2015, que “Altera o regime de concessão de licença prêmio no âmbito da Defensoria Pública, e dá outras providências”; e o PL 21.615/2015, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Baiana de Ativos S.a. - BAHIAINVESTE e dá outras providências”.

Submetido à primeira discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o PL 21.638/2015, de autoria do Deputado Luciano Ribeiro, que “Declara de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento do Vale do Jaguaripe, com sede e foro no Município de Muniz Ferreira”, relatado pelo Deputado Pedro Tavares. Submetido à discussão única e votação, foi aprovado, com 37 votos SIM e 16 votos NÃO, o PL 21.620/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 13.190, de 11 de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, na forma que indica”; a matéria foi discutida pelos Deputados: Sandro Régis, Hildécio Meireles, Adolfo Viana, Luciano Simões Filho, Luciano Ribeiro, Alan Sanches, Pablo Barrozo e Soldado Prisco. Submetida ao Plenário, foi aprovada a prorrogação da Sessão por mais 60 minutos. Submetido à discussão única e votação foi aprovado por unanimidade o PL 21.655/2015, que “Institui o regime de redução do valor de multas disciplinadas pelo Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia-SRI”, relatado pelo Deputado Luciano Ribeiro. O Sr. Presidente, esgotada a pauta da Ordem do Dia, declarou encerrada a Sessão, à qual deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Antônio Henrique Júnior, José de Arimatéia, Robinho e Rogério Andrade (04).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO –